



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Licitação Pregão Presencial Registro de Preços nº 27/2021

Processo Administrativo n.º 58/2021

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa de prestação de serviços de transporte escolar.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O objeto da licitação é o registro de preços Registro de Preços para contratação de empresa de prestação de serviços de transporte escolar de alunos das redes municipal e estadual de ensino.

O Termo de Referencia especifica o objeto adequadamente, haja vista que estão relacionadas as rotas, com suas respectivas quilometragens, previsão de número de alunos e veículos compatíveis com a lotação, preços e quantidades de rotas.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

A realização da licitação está justificada no fato de que a educação é serviço essencial que deve ser ofertado pelo Município, conforme dispõe o art. 208 da Constituição Federal.

A licitação será realizada na modalidade PREGÃO, na forma presencial, tipo menor preço por item-linha, para o ano letivo de 2022, com validade de por um ano.

A modalidade de licitação é regida Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de

Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

21/06/93 (com alterações da Lei 8.666/94 e da Lei n.º 9.646/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital. O Anexo I do Edital, cumpre adequadamente a exigência.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

As vantagens para a Administração Pública na utilização do sistema de registro de preços, como a possibilidade de fracionamento das aquisições, a padronização dos preços, a redução de volume de estoques a desnecessidade de dotação orçamentária, a redução dos gastos e simplificação administrativa, a rapidez na contratação e otimização dos gastos públicos, atualidade dos preços dentre outras.

Além das vantagens na utilização do SRP, há que ser observado que só poderá ser adotado de atendidas as exigências constantes nas hipóteses do artigo 3.º do Decreto Federal n.º 7892/2013:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

Em que pese o Termo de Referência apontar quantidades de veículos e a demanda, há possibilidade concreta de alteração da quantidade de alunos, o que fará redundar na alteração de categoria do veículo, podendo alterar também o fornecedor (Inciso III, 3.º do Decreto Federal n.º 7892/2013).

Neste sentido, vale ressaltar que o Edital prevê que a mudança de categoria do linha ofertada, em razão de aumento ou diminuição do número de alunos.”. De modo que há possibilidade concreta de alteração da quantidade e veículos contratados, o que justifica o registro de preços.

No caso, o Edital, os anexos e a minuta de Contrato atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável realização da Licitação pela modalidade Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços.

S. M. J.

Porto Esperidião, 22 de novembro de 2021.

José de Barros Neto
OAB MT 8841-B

Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350 3

Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso
E-mail: pmperper@terra.com.br **Site:** pmportoesperidiao.com.br